

## O Relato de Mães de Gestantes Adolescentes: Um Olhar Sistêmico

The Report of Mothers of Teenage Pregnant  
Women: A Systemic Look

## El Relato de Madres de Gestantes Adolescentes: Una Mirada Sistémica

*Daiane Wiltgen Tissot(1); Denise Falcke(2)*

- 1 Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4746-0891> | E-mail: [daianewtissot@gmail.com](mailto:daianewtissot@gmail.com)
- 2 Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4653-1216> | E-mail: [dfalcke@unisinos.br](mailto:dfalcke@unisinos.br)

**Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 90-107, Jan.-Jun., 2018 - ISSN 2175-5027

[Recebido: Mar. 29, 2018; Aceito: Mai. 10, 2018]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2574>

**Endereço correspondente / Correspondence address**

Daiane Wiltgen Tissot  
Rua Garibaldi, 308, sala 206. Centro - Gramado/RS. Brasil

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*  
Editor: Ludgleydson Fernandes de Araújo

**Como citar este artigo / To cite this article:** [clique aqui! / click here!](#)

## Resumo

A pesquisa intentou investigar o fenômeno da gravidez na adolescência a partir da percepção das mães de jovens gestantes, considerando, por meio da perspectiva teórica sistêmica, aspectos relacionais familiares. Teve caráter transversal, trazendo dados qualitativos oriundos de um estudo de casos múltiplos com três mulheres cujas filhas adolescentes engravidaram de forma planejada. Os instrumentos utilizados foram o questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada, aplicados nas residências das participantes. Os principais resultados da análise temática e síntese de casos cruzados foram: presença de estereótipos de gênero com ausência significativa da função paterna, estilos parentais disfuncionais, ocorrências transgeracionais em termos de padrões de relacionamento, desamparo, violência e da própria gravidez na adolescência, além de estruturas familiares com patologias de fronteiras. Concluiu-se que o planejamento da gravidez nesse período do ciclo vital carrega importantes aspectos familiares que precisam ser considerados em processos preventivos e interventivos, de modo a interromper ciclos viciosos de disfuncionalidade familiar.

**Palavras-chave:** gravidez na adolescência, família, relações familiares, gênero

## Abstract

The research attempted to investigate the phenomenon of pregnancy in adolescence from the perception of the mothers of pregnant adolescents, considering family relational aspects in a systemic approach. It had a transversal character, bringing qualitative data from the study of multiple cases with three women who have a pregnant adolescent daughter. The instruments used were the sociodemographic questionnaire and the semistructured interview, applied in the residences of the participants. The main results of the thematic analysis and cross-case synthesis were: the presence of gender stereotypes with significant absence of paternal function, dysfunctional parent styles, transgenerational occurrences in terms of patterns of relationship, helplessness, violence and pregnancy in adolescence itself, as well as family structures with borders's pathologies. It was concluded that the planning of the pregnancy in this period of the life cycle carries important family aspects that need to be considered in preventive and interventional processes, in order to interrupt vicious dysfunction family's cycles.

**Keywords:** pregnancy in adolescence, family, family relations, gender

## Resumen

La investigación intentó investigar el fenómeno del embarazo en la adolescencia a partir de la percepción de las madres de jóvenes gestantes, considerando, por medio de la perspectiva teórica sistémica, aspectos relacionales familiares. Se tuvo un carácter transversal, trayendo datos cualitativos oriundos de un estudio de casos múltiples con tres mujeres cuyas hijas adolescentes se embarazaron de forma planificada. Los instrumentos utilizados fueron el cuestionario sociodemográfico y la entrevista semiestruturada, aplicados en las residencias de las participantes. Los principales resultados del análisis temático y síntesis de casos cruzados fueron: presencia de estereotipos de género con ausencia significativa de la función paterna, estilos parentales disfuncionales, ocurrencias transgeneracionales en términos de patrones de relación, desamparo, violencia y del propio embarazo en la adolescencia, además de estructuras familiares con patologías de fronteras. Se concluyó que la planificación del embarazo en ese período del ciclo vital lleva importantes aspectos familiares que necesitan ser considerados en procesos preventivos e interventivos, de modo a interrumpir ciclos viciosos de disfuncionalidad familiar.

**Palabras clave:** embarazo en adolescencia, familia, relaciones familiares género

## Introdução

Ao entrarem em contato com a temática da gravidez na adolescência, muitos profissionais da área da saúde, educação e assistência social percebem que o fenômeno nem sempre está relacionado com desinformação ou ocorrência acidental, pois notam, no contato com as adolescentes, um assumido desejo na reprodução, sendo esta vista como um projeto de vida (Presado, Cardoso, & Carmona, 2015). Dentre os motivos para tal anseio nas jovens, destacam-se necessidades psicológicas de afeto; presença de baixa autoestima e vivências negativas, como exposição à violência doméstica; desejo de chegada à vida adulta e alcance da autonomia; busca de maior valorização do companheiro, da família e da sociedade (Presado et al., 2015). Além dos fatores mencionados, a fase da adolescência, por si só, é considerada crítica no desenvolvimento humano, por ser um marco significativo de transição entre a infância e a vida adulta e carregar muitas transformações, não só para o adolescente, mas para toda a família (Carter & McGoldrick, 2007). Por essas características, seja por decisão ou acidente, uma gravidez na adolescência repercute em todo grupo familiar, que se torna implicado na sequência do evento, sendo demandado em auxílio nos âmbitos emocional, informacional e material (Fernandes, Júnior, & Gualda, 2012).

Apesar de garantido o direito fundamental do ser humano de nascer livre, e assim manter-se por toda sua vida (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948), subjetivamente, essa conquista é árdua: ao nascer em um ambiente familiar preexistente há gerações, todo sujeito é exposto a processos potentes, cultivados nesse grupo por anos e transmitidos automaticamente às gerações subsequentes. Esse conceito de transgeracionalidade representa uma herança de padrões de lealdades, conexões que marcam o pertencimento ao grupo em sentido moral, político ou psicológico; crenças, o que é considerado certo ou errado, a identidade do grupo familiar; valores, ideologia presente no sistema familiar; mitos, conjunto de crenças organizadoras do sistema familiar; segredos, tabus mantidos por gerações; ritos ou rituais, atos simbólicos que são codificados na família para repetição e aprendizagem das regras do sistema; e legados, transmissões a respeito da essência familiar. Referidos fenômenos auxiliam na manutenção das características da família ao longo dos anos e são internalizados durante a vida do indivíduo, fazendo parte de seu próprio repertório comportamental, podendo implicar em algum grau de aprisionamento, geralmente não consciente (Falcke & Wagner, 2005).

Isso significa dizer que as influências familiares vão além da família nuclear, englobando a extensa, já que o núcleo reage emocionalmente ao que se construiu no passado da família. Esses processos têm a função de protege-la de possíveis ameaças externas, mantendo a coesão e a identidade familiar (Penso, Costa, & Ribeiro, 2008). Para acessar referidos conteúdos transgeracionais, é importante a investigação sobre

como as relações familiares se estabelecem, atentando para sua dinâmica de interação (Falcke & Wagner, 2005). Nessa direção, a transgeracionalidade da gravidez na adolescência foi pesquisada em um estudo no qual, diante da fala de mães e filhas, percebeu-se o conceito perpassando todo o fenômeno (Cunha & Wendling, 2011). Os relatos das mães, agora avós, sobre a própria gravidez na adolescência, mostram vivências familiares desfavoráveis emocionalmente na sua geração, sendo estas citadas como propulsoras da gravidez naquele período, como uma forma de fuga. As mães/avós trouxeram esses conteúdos sobre a própria gravidez como resolução de conflitos familiares, ao passo que as filhas referiram uma visão mais positiva sobre suas mães como exemplos de maternidade a serem seguidos, demonstrando melhor resolução emocional na atual geração. Também, a gravidez atuou como uma forma de reconciliação entre mães e filhas, que passaram a se sentir em igualdade de papéis.

Apesar dos progressos em relação a gerações anteriores, as autoras perceberam que a comunicação entre elas ainda não é adequada, pois a maior liberdade familiar desenvolvida nessa geração, em oposição à rigidez da anterior, também não impediu a gravidez na adolescência, dando sequência às repetições, ainda que por motivos diferentes (Cunha & Wendling, 2011). Esse movimento é o que Falcke e Wagner (2005, p. 27) denominaram como “o outro lado da mesma moeda”, já que o ponto de referência a que se está reagindo é ainda o mesmo, um padrão familiar de origem. Outro estudo sobre o tema, realizado em Minas Gerais, encontrou dados sobre mulheres que também passaram pela experiência de engravidar na adolescência e agora vivenciavam o papel de avós. Elas mostraram pouca intimidade para falar com suas filhas adolescentes sobre sexualidade antes da iniciação sexual delas, achando-as novas para isso ou o fizeram de modo superficial, representando o desafio do diálogo emocional voltado para significados. Após o estabelecimento da gravidez, porém, a própria vivência pareceu contribuir para o sentimento de identificação que esteve envolvido no apoio à filha gestante, mesmo não comemorando a notícia nessa fase, por saberem de fato tudo que envolve tornar-se mãe nesse período da vida (Pereira, Silva, Barbosa, & Correio, 2017).

Em cada pessoa estão presentes noções particulares sobre ser família e sobre os papéis de cada um no todo, aspectos herdados do núcleo familiar de origem e também do contexto social. Na literatura sobre a temática (Botton et al., 2015; Borsa & Nunes, 2011), encontram-se discussões sobre a desigualdade de gênero ainda presente na cultura brasileira e também internacional e, conseqüentemente, nas famílias, gerando a dicotomia homem opressor x mulher oprimida, ainda que nem sempre de forma explícita. Essas noções estendem-se também a como é ser mãe e pai, em consonância com o que é socialmente esperado, havendo estereótipos de gênero nessa construção. Apesar de tal visão vir se transformando ao longo da história da humanidade, alguns resquícios se mostram vivos na ainda presente visão de homem como provedor e de

mulher como cuidadora da prole, gerando a perpetuação do estigma dos significados da maternidade e da paternidade. A assunção do papel parental, independente do gênero, é envolta em características e atitudes pessoais, que determinarão os estilos parentais, amplamente estudados na literatura (Silva, 2017). Na revisão da autora, os estilos parentais propostos por Baumrind (1966/1971) são classificados como a combinação entre a demonstração de afeto e a imposição de limites na educação dos filhos, visando proporcionar a autonomia e segurança emocional da criança.

Quando há o equilíbrio entre esses dois fatores, tem-se o estilo *participativo* ou *autoritativo*, no qual o filho percebe tanto o investimento afetivo dos cuidadores quanto a interdição por meio de regras, aspectos necessários à sua estruturação emocional. É considerado o estilo parental mais adequado e promotor de um desenvolvimento humano saudável. Quando a imposição de limites se torna rígida por não vir acompanhada de responsividade, apresenta-se o estilo *autoritário*, que pode resultar em diminuição da autonomia e prejuízos nas habilidades sociais. Se, ao contrário, os cuidadores mostram pouca autoridade e muita complacência com os desejos das crianças, são classificados no estilo *permissivo* e suscitam nelas o desenvolvimento de insegurança e baixa tolerância à frustração (Silva, 2017). Esse modelo foi adaptado em 1983 por Maccoby e Martin (Weber, Prado, Viezzer, & Brandenburg, 2004), dividindo o estilo permissivo em indulgente e negligente. No estilo indulgente, há afeto, mas pouco limite, enquanto que no negligente há ausência de investimento afetivo e a ausência de controle e estabelecimento de regras, associando-se a uma imensa gama de sintomas comportamentais e afetivos (Silva, 2017; Weber et al., 2004). Os três estilos parentais disfuncionais (autoritário, indulgente ou negligente) estão relacionados à incidência da gravidez na adolescência (Silva, 2017).

A família, independente de configuração, é caracterizada como o ambiente onde os hábitos mais primários são desenvolvidos, como a construção da identidade, autoestima e a aprendizagem de valores que norteiam o comportamento nas interações, possibilitando, assim, com que os secundários, como a percepção de aspectos como gênero, por exemplo, se tornem possíveis em outros contextos, já com a base introjetada (Botton, Cúnico, Barcinski, & Strey, 2015). Sendo assim, o desempenho da função parental recebe influência da transgeracionalidade, ao passo que cada indivíduo carrega sua herança sem, muitas vezes, percebê-la. Isso significa uma continuidade de estilos educativos ao longo das gerações. Entretanto, cabe ressaltar a importância de considerar nessa avaliação as características de cada criança, já que, do ponto de vista sistêmico, a relação é dinâmica e circular (Marin, Martins, Freitas, Silva, Lopes, & Piccinini, 2013). Segundo Bowen (1991), a investigação dos processos familiares propicia o autoconhecimento individual e a possibilidade de alcançar a *diferenciação de self*, processo caracterizado por um nível saudável de pertencimento ao grupo familiar, porém com a necessária separação para o desenvolvimento autônomo.

Essa caminhada em busca da história familiar fica dificultada nas famílias brasileiras que se encontram em contextos de pobreza, pelas frequentes rupturas entre gerações devido às constantes migrações em prol de melhores condições de vida (Penso et al., 2008). Nessas populações, percebe-se claramente a predominância da mulher como referência familiar, representando cerca de 90% da titularidade do Programa Bolsa Família e sendo consideradas as representantes principais de suas famílias (Villela, 2016). Esse formato é, de certa forma, fomentado pelo governo federal, a partir da orientação para o cadastro da família através de um “responsável pela unidade familiar, que deve ter pelo menos 16 anos e, preferencialmente, ser mulher” (Brasil, 2015). A visão de mulher mais presente e disponível para os filhos povoa o imaginário social, sendo o homem concebido como mais distante na relação com os filhos, fenômeno que pode ser visualizado também na literatura nacional e internacional, que traz uma quantidade muito maior de pesquisas sobre a maternidade do que a paternidade (Borsa & Nunes, 2011). Para as autoras, a psicologia, especialmente a psicanálise, contribuiu para que a mulher ficasse como personagem principal na vida dos filhos, dificultando o acesso do homem ao papel parental. Para o filho, é importante perceber a parceria parental de seus pais, para desenvolver uma noção positiva sobre as interações afetivas e sociais, vendo em ambas as figuras um lugar de afeto e autoridade.

As questões socioculturais citadas apresentam-se diante da gravidez na adolescência como uma tendência à ausência paterna, sendo predominante o suporte da família de origem da gestante, principalmente nas figuras femininas, como as mães, avós e irmãs (Levandowski, Munhós, Rödde, & Wendland, 2012). Com base nessas informações, o presente trabalho buscou ouvir mulheres cujas filhas vivenciavam uma gravidez na adolescência, a fim de compreender suas percepções sobre os aspectos relacionais familiares envolvidos no fenômeno e, assim, contemplar uma lacuna da literatura brasileira de investigação sistêmica do tema. A partir desses relatos, intentou-se investigar representações de família, visões sobre o funcionamento e a dinâmica familiar, lembranças de aspectos transgeracionais, desempenho da parentalidade e estilos parentais, assim como sentimentos acerca da gravidez planejada da filha nesse momento do ciclo vital.

## **Método**

### **Delineamento**

O presente estudo é qualitativo, com delineamento exploratório e corte transversal, de casos múltiplos, sendo três um número suficiente para replicações literais (Yin, 2015).

## Participantes

As participantes foram três mães que vivenciavam a gestação de uma filha adolescente. A seleção foi por conveniência a partir de indicações de Unidades Básicas de Saúde e Centros de Atenção Psicossocial de duas cidades da Serra Gaúcha.

**Tabela 1.** Caracterização das participantes

Nomes fictícios	Idade	Idade da filha gestante	Gestação da filha	Total de filhos	Idade da 1ª gestação	Profissão
Maria	35 anos	16 anos	Planejada	16, 12 e 11 anos (como mãe solteira); 6 anos (companheiro atual)	19 anos	Faxineira
Rita	47 anos	14 anos	Planejada	26 e 23 anos (primeiro companheiro); 14 anos (como mãe solteira); 11 anos (último companheiro falecido)	21 anos	Dona de casa
Ângela	41 anos	15 anos	Planejada	26 anos (como mãe solteira), 22 (falecida aos 2 meses), 20, 19, 15 e 7 anos (marido atual)	15 anos	Dona de casa

## Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram elaborados pelas autoras e consistiram em um questionário sociodemográfico, para caracterização das participantes, com informações sobre características pessoais, contextuais e familiares; e uma entrevista semiestruturada com as mulheres, visando explorar questões relativas à história familiar, envolvendo questionamentos sobre como avaliam as relações na família de origem e na atual, comunicação sobre sexo e gravidez, a que atribuem a ocorrência da gestação da filha nessa idade, quais os sentimentos sobre a situação, significados, planos para o futuro, dentre outros, sendo que outras questões foram sendo formuladas no momento da conversa, de modo a explorar em profundidade as percepções trazidas por essas mães.

## Procedimentos Éticos e de Coleta de Dados

As mães foram selecionadas a partir da indicação de suas filhas gestantes por instituições de saúde e assistência social de duas cidades da Serra Gaúcha, após anuência dos responsáveis pelas respectivas secretarias municipais e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos, sob parecer CAAE 62563216.0.0000.5344.

Inicialmente, houve apresentação e assinatura do TCLE pelas participantes e, na sequência, os instrumentos foram aplicados na residência das mesmas. Os dados e o anonimato das participantes foram preservados, bem como as demais recomendações éticas para a realização de estudos com seres humanos, de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Foi solicitado às participantes sua autorização para gravação em áudio das entrevistas, para posterior transcrição e análise dos dados.

## **Análise de Dados**

A análise de dados foi qualitativa, a partir da perspectiva teórica sistêmica. Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas foram avaliados através de análise temática, a partir dos passos: 1) Familiarização com os dados, através de transcrição, leitura e releitura dos mesmos; 2) codificação inicial do material, de forma sistemática; 3) identificação dos temas, com agrupamento das informações; 4) revisão dos temas, com refinamento e geração de mapa temático; 5) definição e nomeação dos temas de acordo com suas especificidades; e 6) análise final e produção do relatório (Braun & Clarke, 2006). Como temas principais foram considerados a *história pessoal da mulher e suas influências familiares de origem, dinâmica familiar atual e relacionamento com a filha gestante e percepção sobre a gravidez da filha na adolescência*, sendo apresentados em texto único em cada caso, seguidos de uma discussão particular. Após, é apresentada a síntese de casos cruzados (Yin, 2015), na qual convergências e divergências entre os casos são discutidas.

## **Resultados**

### **Caso Maria**

Maria foi entrevistada sozinha em sua casa; vivenciava uma separação temporária de seu companheiro havia três semanas, porém em vias de reestabelecer a relação, principalmente por questões financeiras, já que ele representa uma segurança nesse quesito: *“eu descobri que ele posou com outra mulher, foi pras farras por aí [...] ele é mulherengo [...] eu tô tentando me ajeitar com ele, porque eu sei que eu não vou dar conta de bancar todo mundo”*. Sobre a gravidez da filha, aos 16 anos, Maria mostrou sua contrariedade, relatando os inúmeros avisos que ela deu ao casal. Revelou uma relação complicada com a adolescente: *“ela não é nada obediente comigo! Ela é bem rebelde comigo e o que eu posso fazer? Eu tentei dar conselho, tudo... [...] eu falei pro bem dela, mas a minha mãe nunca falou isso pra mim, nem pelo meu bem nem pelo meu mal”*. Ainda sobre a adolescente, a mãe destaca: *“ela faz o que ela acha que dá na telha, ela não me obedece porque eu sou mãe solteira e ela morou com a minha mãe, pra mim trabalhar,*

*daí depois eu casei e ela não quis ir junto, tipo assim, botaram ela contra mim, muito tempo, então ela vem e fala pra mim que eu abandonei ela, que não sei o que... [...] eu não tenho autoridade com ela [...] ela me chama de cadela, me chama de tudo que é nome, entendeu?”. A filha é agressiva com Maria não somente de modo verbal e psicológico, mas também físico: “Se ela chegar aqui braba e eu falar alguma coisa ela já me dá de tapa na cara e eu não ergo nem um dedo pra ela”. Além disso, Maria revela uma preocupação sobre a relação da filha com o pai da criança: “ele pauseia (bate, surra) ela de vez em quando, briga com ela, já pauseou na minha frente, dentro da minha casa, entendeu? Ela não obedece a mãe e obedece ele, daí eu não posso fazer nada”.*

O vínculo precário entre mãe e filha se fundamenta no fato de a adolescente ter sido criada pela avó materna, com quem Maria sempre teve muitos problemas de comunicação, mostrando-se ressentida e desamparada não somente com ela, mas em relação à toda a sua família de origem: “eu apanhava muito de uma irmã minha e de um irmão meu, tive que sair de casa corrida... isso tem até testemunha, a pedrada, e no momento eu não tinha onde ficar... [...] daí eu me juntei com esse cara e quando eu vi que eu tava mais ou menos eu tentei buscar ela, mas daí a minha mãe não deixou mais ela ir, a minha mãe já tinha... sei lá feito o que... daí ela ficou morando com a mãe. Daí com uns 15 anos ela começou a namorar por aí... e ela e a mãe começaram numa brigaceira dentro de casa, daí ela resolveu escolher a minha casa, porque ela faz o que ela bem acha, daí ela foi morar comigo”. Acrescenta: “eu tenho depressão, diabetes, pressão alta, tenho um monte de problema de saúde, se eu vou pro hospital, eu chamo a minha família ninguém aparece lá... [...] eu sou tipo rejeitada pela família inteira”. Se ressentida pela invalidação que a mãe fez de sua maternagem; trabalhava para enviar dinheiro aos filhos e os via apenas uma vez por semana devido a sua carga de trabalho e desamparo, já que com os três primeiros filhos não teve o pai que lhe ajudasse.

Maria também se preocupa com a reputação da filha: “Ah, eu dizia pra ela assim, ó cuida pra não engravidar, porque depois tu vai ficar que nem eu, e eu sou muito humilhada por ter três filhos como mãe solteira... as pessoas pisando, chamando de um monte de coisa, de puta, até inclusive ela hoje me chama de vagabunda, então... eu tentei botar na cabeça dela que é difícil tu ter um filho e acontecer isso aí né?”. A mulher expressa uma competição entre mães e filhas nas duas gerações: “o meu marido me ajudava (financeiramente), né? A gente tinha uma vida melhor, ela acha errado, mas ela não acha errado ela estar com o dela. Tanto ela que nem minha mãe parece que eles só querem que eu fico mal, porque se eu comprar uma coisa, a minha mãe fica louca [...] eles querem que eu sempre fique menos que todo mundo”. Conclui, sobre a menina: “ela acha que eu tô sempre abandonando ela [...] ela chama muito a atenção por isso, chora bastante, ela quer ter a liberdade dela e eu... É como se ela fosse a minha mãe e eu a filha dela, é assim que ela quer”.

## Discussão Caso Maria

Maria releva importantes questões familiares de estrutura e interação disfuncional. Ao mesmo tempo em que transmite sentimentos muito negativos em relação à sua própria mãe, esta participou ativamente da criação de seus quatro filhos. Esse movimento mostra *emaranhamento*, conceito sistêmico que consiste em um funcionamento familiar sem delimitação de hierarquia e papéis, havendo uma mistura de funções sem clareza e, por vezes, com invalidações (Nichols & Schwartz, 2007). A mãe de Maria, pelo modo como conduziu a situação, a partir das próprias vivências, conceitos e sentimentos, assumiu os cuidados com os netos, desautorizando a filha e não auxiliando no desenvolvimento de sua maternagem (SmithBattle & Leonard, 2014). Ao contrário, suscitou sentimentos de incapacidade da mesma em relação à filha adolescente, agora grávida e, nesta, sentimentos de abandono pela mãe. Esse comportamento, parece trazer uma “competição” transgeracional, já que a mãe de Maria, segundo a percepção desta, parece querer ser mais admirada pela neta, denegrindo a filha diante dela, e também não gosta que ela tenha mais coisas ou sucesso na vida. Esse movimento é também visualizado na adolescente que, por necessidade de atenção, interpela a relação conjugal da mãe e, ao mesmo tempo, não escuta seus conselhos sobre a própria relação amorosa. Assim, percebe-se que Maria e sua filha agem mais como irmãs, não havendo o papel de autoridade necessário à parentalidade adequada, o que resulta em permissividade/indulgência e sentimento de desamparo (Silva, 2017; Weber et al., 2004).

A ausência da necessária contenção emocional na adolescente por meio de um estilo parental adequado é representada pela agressividade, já que ela reage de modo violento quando contrariada e quando percebe alguma situação como indício de abandono ou não investimento emocional. Ao mesmo tempo, Maria não consegue exercer o papel parental, possivelmente, pelo seu próprio desamparo, demonstrando ter as mesmas necessidades dos filhos e não conseguindo assumir o papel de mãe. Assim, a permissividade presente na criação da adolescente resulta na referida baixa tolerância à frustração, constituída pela falta de limites. O déficit no contato com figuras masculinas e a experiência com figuras femininas sem autoridade pode ser vista como um fator de risco para a vivência de violência na relação conjugal da gestante, que acaba se tornando submissa ao companheiro quando este torna-se opressivo. Da mesma forma ocorre com Maria, que, diante do desamparo na família de origem e baixa autoestima, vive uma vinculação disfuncional com o marido, submetendo-se a uma relação conjugal sem respeito por dependência financeira e emocional.

A gravidez da filha é vista por Maria como parte de sua característica desobediência, já que todos a alertavam e não foram ouvidos. A falta de vínculo das duas parece estar relacionada a essa dificuldade de comunicação emocional, onde

a mãe se preocupa em não ver a filha tendo as mesmas experiências negativas dela, buscando aconselhá-la, ao passo que a mensagem não é recebida pela adolescente em função do conflito de acusação por abandono que perpassa a relação. Assim, segue o padrão familiar de não satisfação das necessidades afetivas, bem como de busca por elaboração, nas novas gerações, por meio da gestação.

## Caso Rita

Rita foi entrevistada em sua casa, na presença da filha adolescente gestante e seu companheiro e um filho adulto. Enquanto falava, amassava pão, representando seu papel matriarcal para a família. Relata ter criado os quatro filhos praticamente sozinha, já que o primeiro companheiro, pai dos dois filhos mais velhos, *“me trocou por outra, né, foi embora com outra mulher”* quando eram pequenos. O pai da adolescente gestante nunca foi seu companheiro: *“Nós nem vivemos nunca juntos, só tive ela mesmo”*. O último companheiro, pai da filha mais nova, foi uma figura paterna para a adolescente até seus 3 anos de idade, quando faleceu: *“eu tava grávida da outra [...] ela chamava até ele de pai [...] eu fiquei com ele quando ela tinha um aninho e dois meses mais ou menos, e daí ela considerava ele como pai. Só que daí ele faleceu e daí ela ficou revoltada, né? Ele era como pai dela, fazia tudo que o pai dela não fazia pra ela”*. Sobre a experiência de criar os filhos sem parceria, relata: *“Todos sem pai, pai não tem muita presença né, não tem muita... por isso que é mais difícil... é difícil, que nem assim, acho que com o pai as gurias, principalmente, a mulher, porque os gurus não incomodaram nada, sabe... as gurias também não incomodaram, mas assim de tu ter ‘não, não vai’, sabe? Os gurus não, porque os gurus foram muito calmos, mas daí as meninas já é mais difícil, né? Que nem ela foi difícil depois que ficou adolescente, e a outra já tá ficando adolescente, daí também é difícil. Daí tu não tem aquele ‘não!’, tu não tem aquele pulso firme do ‘não’, né, daí fica já diferente”*. O pai de Rita auxiliou a filha com itens materiais, porém a família de origem dela foi pouco citada.

A gestação da filha, iniciada aos 13 anos, se mostrou ambivalente para Rita. De um lado, aconselhava para que a menina se cuidasse, porém com permissividade e inabilidade para contenção emocional: *“ela queria o bebê, né, ela queria. Não foi falta de dizer assim ó... porque eu converso né, mas ela ‘ai mãe, eu quero, eu quero’, ‘ai filha tu é tão nova, tão nova...’, mas ela dizia ‘ai mãe, eu quero um bebê, eu quero, eu quero...’ daí eu disse ‘então tá! Vamos ver o que vai dar, né?’ Até que foi que... agora ela vai ter um bebê”*. Por outro lado, a mãe também revela que a gestação trouxe certo alívio para suas preocupações com a segurança e bem-estar da filha: *“É que ela tava muito revoltada esses tempo, que nem agora ela se acalmou... ela queria andar, sabe, na rua, assim, criança né, e daí agora não, agora não sai, fica aí dentro de casa tranquila, agora ela tá bem [...] porque antes ela não tinha cabeça nenhuma, e daí agora ela tá bem comportada, ela fica comigo que é bom, porque eu tinha medo que saísse assim... Ela*

*andava com umas más companhias [...] mãe é assim, né, quando eles tão em casa, tudo dormindo, pra mim é bom, tão tudo dentro de casa...”.*

Apesar das dificuldades, Rita revela uma família que se ajuda mutuamente: *“a gente é pobre, nós ganhamos pouco, mas o que está ao nosso alcance nós vamos se ajudar. Eles me ajudam, eu ajudo eles, nós somos tudo uma família unida, os meus guris ajudam, comida cada um dá um pouco, compramos sabe... não é assim ‘esse é meu!’, não, tudo compartilhado, nada de ‘é meu, é meu, não é teu’, sabe?”*, havendo harmonia na casa.

### **Discussão Caso Rita**

A parentalidade desempenhada por Rita demonstra afeto, mas com poucos limites, indicando um estilo permissivo/indulgente (Silva, 2017; Weber et al., 2004), pelas condições de dar conta sozinha da família e as próprias dificuldades de amparar as necessidades afetivas das filhas, principalmente, não conseguindo interditar comportamentos inadequados e fazer a demandada contenção emocional. A adolescente, manifestando um comportamento infantilizado que lembra uma birra, *“eu quero, eu quero, eu quero”* não foi contida e, ao contrário, foi autorizada a conseguir seu desejo, como se estivesse falando de um objeto que estaria reivindicando até a mãe conceder. Como consequência de seu desamparo e falta de apoio social, a família buscou o recurso do que Rita chamou de união, porém que pode ser visto como *emaranhamento* (Nichols & Schwartz, 2007), já que é difícil para os membros, especialmente os filhos mais velhos, *“abandonarem”* esse núcleo frágil para seguirem suas vidas com autonomia e individualidade, pois estariam deixando grande vulnerabilidade para trás. O comportamento de risco da adolescente é significativo nesse caso, pois para a mãe a gravidez é melhor aceita por tirar a filha da rua e das más companhias, sendo vista como um fator de proteção, assim como Hoga, Borges e Reberte (2010) identificaram em suas análises, já que ela não conseguia conter a menina sozinha. Rita falou pouco sobre sua história pessoal prévia à maternidade, bem como sobre relacionamentos com a família de origem, para que fronteiras pudessem ser avaliadas e compreendidas na família atual.

### **Caso Ângela**

Ângela foi entrevistada em sua residência, na presença da filha gestante e de outra filha adulta jovem. Foi criada sem a mãe por perto, apenas o pai, que bebia muito e trabalhava direto, tendo criado os quatro filhos sozinho, porém sem muito tempo para eles. A mãe foi embora, deixando-os pequenos e nunca mais os procurou. O pai é referido como herói, apesar de todas as dificuldades vivenciadas. Ângela está casada desde os 16 anos de idade com o pai de suas quatro últimas filhas, com quem tem uma relação distante emocionalmente, sem diálogo ou interações em termos de vida

afetiva: “o pai dela, como que eu vou dizer, o pai dela é daquele tempo dos antigo sabe? O pai dela é muito brabo, muito... [...] quietão, na dele. Ele não é de conversar, a gente não conversa muito. Tipo, ele é fechado. Mas se tu perguntar uma coisa ele te responde normal e tudo, mas ele não dá, ele não continua o assunto...”. Acrescenta, sobre o marido: “ele foi uma pessoa que, nunca foi de deixar faltar nada, mas foi uma pessoa que me aprontou muito. Muito mesmo”. Ângela justifica o jeito de ser do marido: “ele perdeu o pai dele ele tinha seis anos né, a mãe dele matou o pai dele ele tinha seis aninhos. Com dez anos por aí ele saiu de casa, então ele sempre diz que o pai que ele teve foi o meu pai, que foi onde ele conheceu e que aconselhava ele como pai”. Quando questionada sobre o seu jeito de ser nas relações, reflete: “Ah, eu sou mais fechada. Não do... Eu tenho cinco filha mulher, e eu não sei dizer assim, nem pra essa de sete anos, chegar e dizer assim ‘ah eu te amo, eu gosto de ti’. Não sei, não consigo dar carinho mesmo”. O início da relação do casal teve episódios de violência física, tapas do marido nela, mas depois cessou. Atualmente, os conflitos são resolvidos assim: “Eu mando ele calar a boca, daí daqui a pouco eu brigo, já mando ele sair, ir embora, daí ele pega e vai pra rua, andar, daí daqui a pouco ele volta de novo pra dentro. Daí ele deixa eu batendo boca sozinha”.

Sobre a gravidez da menina, Ângela demonstra reviver a própria história, referindo: “Olha, moça, vou ser bem sincera, não gostei muito... porque uma que é muito nova, não quis terminar os estudos, eu acho assim, pra tu pensar em ter um filho tu tem que planejar bem, porque a crise que a gente anda não é fácil ter um filho agora. Eu fui mãe nova, não nego, fui nova com a idade dela, mas se eu pudesse voltar atrás eu pensava muito... [...] voltou tudo aquele tempo que eu engravidei, moça. Porque eu sei que não é fácil”. A respeito da própria gravidez na adolescência, relembra: “Eu e a minha irmã mais velha começamos a sair e se divertir, sair pra baile e essas coisas e foi onde que eu... mas quando eu descobri que eu tava grávida, eu tava de nove meses já... de nove meses quando eu descobri...”. A primeira filha foi criada pelo avô materno, que continuou auxiliando com as outras meninas até sua morte, o que representou uma perda extremamente significativa para Ângela. A relação com o pai é citada como muito próxima, sendo que ele, por vezes, excedia os limites da nova família, se envolvendo além do necessário na relação da filha com o marido e desta com as netas: “uma vez nós tava querendo, se separando, e ele deu conselho até pra gente não se separar”.

A gestante adolescente é referida como “a filha que me deu dor de cabeça”, já que “foi uma gurria assim que ela ‘locou’ de andar na rua, daí ela saiu três dias e eu dei parte, pode ir no Conselho que tá lá, eu fui na delegacia e dei parte dela [...] tinha sumido três dias, daí ela apareceu, daí voltou a estudar, depois resolveu não ir mais, daí ficou mais um tempo fora de casa com o outro rapaz antes de ela casar com o pai do filho dela, e daí nós ia no CREAS lá com a psicóloga, daí de lá ela encaminhou nós aqui pro CAPS, com o outro psicólogo, que acho que ela quis meio se envolver em droga e coisa. Daí ela saiu de casa, e daí quando ela apareceu com esse rapaz, o pai do filho dela, que

*daí ela trouxe pra nós conhecer*”. O despreparo de Ângela, sua dificuldade de exercer a maternagem com diálogo, principalmente sobre sexo e gravidez, transparece, além do fato de ter descoberto a primeira gravidez aos 9 meses de gestação, no seguinte comentário: *“A minha mãe não me explicou isso, quando eu fiquei mocinha quem me explicou foi a minha falecida tia, que daí eu fiquei lá e não sabia. Tava tomando banho e desceu e eu saí correndo lá na casa da minha tia apavorada, achei que tinha me cortado guria, e daí a minha tia sentou e me explicou direitinho, e daí naquele tempo não tinha esses coiso que a gente usa agora, daí ela cortou uns paninho fininho, me explicou como é que usava, daí eu nunca falei disso. Sou bem sincera pra te falar. Se aprenderam, aprenderam sozinha, eu nunca...”*. A dinâmica mostra uma família com ausência de demonstração de afeto, comunicação pobre, casal distante. Ajudam no sentido de apoio material, porém o suporte emocional é deficiente.

### *Discussão Caso Ângela*

Na família atual de Ângela percebe-se transgeracionalidade (Falcke & Wagner, 2005) no que tange à vinculação afetiva. Tanto ela quanto seu marido foram crianças desamparadas, tendo vivido traumas importantes como o abandono materno e o homicídio passional no casal parental, respectivamente. Assim, Ângela cresceu sem a presença da mãe e o marido cresceu sem os pais, não tendo referências, ou as tendo de modo negativo, sobre esses papéis na família e o que é esperado que façam. Ambos refletem, diante das filhas, a própria necessidade afetiva, não conseguindo desempenhar uma parentalidade adequada por conta de seu embotamento afetivo e inabilidade para o diálogo. Nesse caso, observa-se um estilo parental mais próximo da negligência (Silva, 2017; Weber et al., 2004), pois não há clareza nem na manifestação afetiva e no cuidado, apesar de significarem suporte financeiro, e nem presença de regras ou limites, representados na fala de a filha ter ficado sumida três dias e terem ido buscar o limite em instâncias externas à família, como delegacia e conselho tutelar.

Além da herança afetiva, esse caso trouxe também a transgeracionalidade da gravidez na adolescência, tendo Ângela sido mãe de sua primeira filha na mesma idade que a filha adolescente tem atualmente. Em termos de estrutura, essa família demonstra fronteiras rígidas, cuja característica é a ausência de trocas entre os subsistemas (Nichols & Schwartz, 2007), marcadamente, nesse caso, entre pais e filhas, entre irmãs e entre o próprio casal. A comunicação é truncada, não acessando conteúdos emocionais e necessidades afetivas nem em subgrupos e nem no sistema familiar como um todo.

## Discussão

### Síntese de Casos Cruzados

Nos três casos, percebeu-se a presença de estilos parentais disfuncionais (Silva, 2017; Weber et al., 2004), por não contemplarem as necessidades dos filhos como um todo, faltando o equilíbrio entre afeto e regras, o que traz sentido e segurança à relação familiar. Tal constatação se mostra vinculada a características transgeracionais (Marin et al., 2013), de padrões familiares com problemas em termos de comunicação, acolhimento, amparo e sem bons exemplos de família. É marcante nesse estudo o déficit da figura paterna, sendo que em dois casos ela não existiu e no terceiro ela não cumpriu seu papel. A visão estereotipada de homem apenas como provedor (Botton et al., 2015; Borsa & Nunes, 2011) foi percebida nas vozes dessas mulheres, que mostraram sentimentos de desamparo e impotência para o exercício de tantos papéis na família, tendo vivências nas famílias de origem que não as prepararam para tal. Além disso, nos dois primeiros casos, a função paterna de interdição e de força para dizer “não” quando necessário foi exposta como vinculada ao homem, não sendo percebida como uma característica necessária às mães também (Borsa & Nunes, 2011).

Patologias de fronteiras puderam ser vislumbradas, tanto de fusão (emaranhamento), quanto de desligamento afetivo por rigidez e falta de comunicação (Nichols & Schwartz, 2007), funcionamento também herdado de outras gerações e vinculado à dificuldade de estabelecer um nível adequado de pertencimento e diferenciação da família de origem (Bowen 1991). Desse modo, a gravidez na adolescência pode ser discutida não apenas enquanto um “desejo individual”, mas também como consequência de uma construção social e familiar com ruídos, que precisa ser revista de modo igualmente complexo ao invés de reduzir o fenômeno ao micro contexto da mente adolescente e sua problemática.

Características dos sistemas familiares, como patologias de fronteiras, estilos parentais disfuncionais e experiências de desamparo e violência no contexto familiar e social podem estar subjacentes às motivações para a gestação, em especial nesses três casos estudados em que as adolescentes planejaram a gravidez. A experiência da maternidade parece significar um desejo de mudança de perspectiva, buscando dar ou ganhar do filho o que não lhe foi proporcionado. Para as mães das adolescentes grávidas, a decisão das filhas é vista como mais um ato de desobediência, “não me ouviu”, sem que em nenhum momento seja questionado o lugar e as demandas do bebê. Aposta-se no desejo de mudança, mas, na prática, mostra-se forte a tendência à repetição dos mesmos padrões familiares, como se buscassem um final diferente trilhando o mesmo caminho. Nesse sentido, fica evidente o fenômeno da transgeracionalidade e a necessidade do planejamento de intervenções que promovam o rompimento do ciclo de repetições dos padrões disfuncionais.

## Considerações Finais

As percepções apontadas pelas mães, em termos psicossociais, familiares e culturais, e também na literatura, precisam ser consideradas diante de projetos de educação sexual e planejamento familiar, buscando auxiliar as jovens na elaboração de suas conflitivas de forma realista e não via idealização de alguém ou uma relação que possa ser a solução. Para os casos como os do presente estudo, no qual a gestação já é uma realidade, também propõe-se pensar intervenções psicológicas no vínculo precoce das adolescentes com seus bebês, já que as mulheres desse estudo demonstraram que sua fragilidade emocional reverberou nas filhas, transgeracionalmente, o que tende a continuar acontecendo nas próximas gerações. Percebe-se a importância e relevância de retomar com as jovens suas vivências de desamparo, remontando à dificuldade de ser continente quando não se teve essa experiência. Para isso, convida-se os setores públicos nos âmbitos de saúde, educação e assistência social a se articularem para promover espaços terapêuticos familiares, que atuem de forma eficaz na interrupção de vinculações afetivas desajustadas. Também sugere-se a realização de futuras pesquisas sobre o tema, com outros enfoques e métodos, para ampliar o debate, considerando também os estressores externos que impactam no modo como as famílias funcionam.

## Referências

- Assembléia Geral das Nações Unidas (1948). Declaração universal dos direitos humanos. Retrieved from [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39. doi: <https://doi.org/10.7213/rpa.v29i64.19835>.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56. Retrieved from [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200005)
- Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo*. Buenos Aires: Paidós.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS. (2015). *Cadastro único: como se cadastrar*. Retrieved from <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/como-se-cadastrar>
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in psychology*, 3(2), 77-101. doi: <https://doi.org/10.1191/1478088706QP063OA>.
- Carter, B., & McGoldrick (2007). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Cunha, V. dos S., & Wendling, M. I. (2011). Aspectos transgeracionais da gravidez na adolescência na perspectiva de mães e filhas residentes em Parobé e Taquara (RS). *Contextos Clínicos*, 4(1), 28-41. doi: <https://doi.org/10.4013/ctc.2011.41.04>
- Falcke, D. & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: Wagner, A. (Ed.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-46). Porto Alegre, RS: Edipucrs.
- Fernandes, A. de O., Júnior, H. P. de O. S. & Gualda, D. M. R. (2012). Gravidez na adolescência: percepções das mães de gestantes jovens. *Acta Paulista de Enfermagem*, 25(1), 55-60. doi: <https://doi.org/10.1590/s0103-21002012000100010>
- Hoga, L. A. K., Borges, A. L. V., & Reberte, L. M. (2010). Razões e reflexos da gravidez na adolescência: narrativas dos membros da família. *Esc Anna Nery Rev Enfermagem*, 14 (1), 151-157. doi: <https://doi.org/10.1590/s1414-81452010000100022>
- Levandowski, D. C., Barth, B., Munhós, A. A. R., Rödde, A. C., & Wendland, J. (2012). Apoio familiar e gestação na adolescência: um estudo qualitativo com adolescentes do Vale dos Sinos/BR. *Revista Interamericana de Psicología*, 46(2), 297-306. Retrieved from <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/44327>
- Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. de O., Silva, I. M., Lopes, R. de C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 29(2), 123-132. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200001>

- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos*. Porto Alegre, RS: Artmed Editora.
- Penso, M. A., Costa, L. F., & Ribeiro, M. A. (2008). Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do Genograma. In Penso, M. A. & Costa, L. F. (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção* (pp. 9-23). São Paulo, SP: Summus.
- Pereira, F. A. F., Silva, T. S., Barbosa, A. A. D., & Correio, T. G. S. S. (2017). Desafio das mulheres que foram mães na adolescência quanto à prevenção da gravidez precoce de suas filhas. *Revista Unimontes Científica*, 19(2), p. 73-86. Disponível em: <http://ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/613/0>
- Presado, M. H., Cardoso, Mário, & Carmona, A. P. (2015). Gravidez na adolescência: projeto de vida ou ausência dele? *Atas CIAIQ2014 Investigação qualitativa em saúde*. Retrieved from <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ/article/view/460>
- Silva, M. E. M. (2017). Estilo parental e variáveis psicossociais como fatores de risco ou proteção para a gravidez na adolescência. *Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 22(2), 443-462. doi: <https://doi.org/10.17765/1516-2664.2017v22n2p443-462>
- SmithBattle, L., & Leonard, V. (2014). Teen mothers at midlife: The long shadow of adversarial family caregiving. *Advances in Nursing Science*, 37(2), 87-100. doi: <https://doi.org/10.1097/ans.0000000000000020>
- Villela, F. (2016). *Projeto Promove igualdade de gênero entre beneficiários do Bolsa Família*. Retrieved from <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/projeto-promove-equidade-de-genero-entre-beneficiarios-do-bolsa>
- Weber, L. N. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300005>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5a ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.